



# ORBIS

Boletim do  
LEPEB-UFF



Vol.2 – Nº 6  
MAIO-AGOSTO/2024  
ISSN: 2965-2235

## O altermundialismo visto do limiar de 2024: o que foi feito da *internacional da esperança*?

Santiane Arias\*

Em 1999, durante o encontro ministerial da Organização Mundial do Comércio, mais de 50 mil pessoas foram às ruas de Seattle em protesto contra a *globalização das corporações*. A cúpula da OMC foi marcada por impasses entre lideranças políticas, protestos massivos, repressão policial, bloqueios de vias públicas e ataques a símbolos das grandes redes de vestuário e alimentação. A rodada de negociações foi suspensa, assim como a votação do polêmico Acordo Multilateral de Investimentos. A partir de então, a *batalha de Seattle* ficou associada à estreia do *movimento antiglobalização* na cena política internacional (DI GIOVANNI, 2007).

*Um outro mundo é possível!* O lema altermundialista era um recado claro àqueles que acreditavam na inevitabilidade da globalização em curso, narrativa endossada em declarações e teses célebres sobre a inexistência da sociedade, o fim das alternativas e da história.

A magnitude e a radicalidade das manifestações reacenderam uma centelha de esperança à esquerda. O altermundialismo foi anunciado como: um “*movimento novo, global, de oposição ao neoliberalismo, à dominação imperial e à militarização*” (LEITE, 2005); o mensageiro da nova política (AZZI, 2007; LOREIRO et.all, 2002); “(...) *uma realidade nova, contraposta aos ásperos tempos dos anos 80, quando o neoliberalismo dominava a aparente novidade*” (RAMONET, 2000).

O Forum Social Mundial, realizado em 2000, foi celebrado como a manifestação de uma esquerda renovada – descentralizada, horizontal e plural. Uma resposta à internacionalização dos espaços decisórios, dominados por estadistas dos países centrais e grandes conglomerados econômicos. Uma reação da sociedade civil organizada, protagonizada pelo Sul.

Contudo, a confluência altermundialista nem sempre teve claro o núcleo em torno do qual gravitava. O discurso se deslocou ao longo do tempo de demandas mais abstratas – como a oposição à *mercantilização da vida* e a defesa da *justiça global* – para pautas mais concretas, como a reforma das instituições financeiras internacionais, a criação de uma taxa sobre a circulação de capital, o cancelamento da dívida dos países pobres, a defesa do caráter público de bens e serviços essenciais, a democratização dos blocos políticos regionais.

A esperança gera uma energia indispensável para a ação política, especialmente para os grupos subalternos. E, no entanto, olhando a partir do limiar de 2024, percebe-se que algo desse ímpeto altermundista se perdeu.

O papel dos movimentos populares e o protagonismo dos países do Sul na arena internacional podem ser hoje analisados sob uma nova perspectiva. Com efeito, muitas redes locais e internacionais de movimentos sociais se formaram naquele contexto. Berringer (2017) enfatiza os efeitos políticos do engajamento de atores como a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo, a Via Campesina, a Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e a Rede de Mulheres Latino-Americanas Transformando a Economia (REMTE) na campanha contra a ALCA.

Paralelamente, no entanto, as instituições financeiras internacionais passavam por uma série de ajustes, incorporando novos temas e atores. Treillet (2008) refere-se à emergência de um *mainstream* do gênero, estruturado em torno de programas para mulheres de países pobres. O microcrédito – destinado a atividades produtivas que buscam aumentar a renda familiar e empoderar seu membro feminino – se tornou um dos mecanismos mais amplamente empregados. Ramos (2011) identifica processo semelhante no sistema G8, onde a narrativa sobre desenvolvimento passou a incorporar recomendações sobre sustentabilidade, segurança alimentar, direitos das mulheres, saúde, educação e informação.

A campanha contra ALCA foi lançada no Fórum Social Mundial, em 2002. Mas seu avanço se deu em boa medida na fenda aberta pela onda rosa que, a despeito de suas contradições, reconheceu o campo popular como interlocutor. No entanto, a relação com os governos, organismos multilaterais e agências internacionais de financiamento era concebida de maneira distinta, e muitas vezes conflituosa, entre os diferentes tipos de organizações que integravam a ampla coalizão altermundialista, incluindo movimentos populares, ONGs, sindicatos, partidos e associações de classe média.

Por um lado, o FSM destacava a diversidade e a horizontalidade do encontro. Por outro, insistia na ausência de uma instância decisória. A sua Carta de Princípios (2001) afirmava: “o Fórum Social Mundial não tem caráter deliberativo”, sendo fundamentalmente um espaço de encontro e troca. Seguindo o princípio da não deliberação, o FSM não realizava assembleias e tampouco propunha ou aderiu a um projeto de sociedade. O documento também vedava a presença de partidos políticos na estrutura Fórum. Muito embora as edições de Porto Alegre tenham ocorrido sob as gestões municipal e estadual do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa posição enfrentou críticas, inclusive dentro do Conselho Internacional do

encontro. No Brasil, o MST e a CUT reconheceram a importância do espaço, mas alertaram para sua fragilidade. Para ambos, a ausência de qualquer nível de deliberação impedia que a forte mobilização internacional contribuísse para a formação de um movimento de massa. Na avaliação de João Pedro Stédile, o FSM deixou uma dívida programática que, apesar do avanço das críticas ao neoliberalismo e das sucessivas crises econômicas, dificultou a contenção de seu avanço (Arias, 2011).

Essa controvérsia esteve presente em muitas edições do FSM. Em 2006, no encontro em Caracas, as divergências em torno da concepção e das expectativas em relação ao altermundialismo tornaram-se ainda mais evidentes. Para alguns, a produção de uma linha política minaria essa nebulosa composta por elementos heterogêneos; para outros, a falta de respostas levaria ao esvaziamento e ao esgotamento do processo.

Em 2007, o FSM foi realizado em Nairóbi. Desde a experiência policêntrica do ano anterior, a ideia era expandir e enraizar os eventos, mas essa iniciativa esbarrou em outros problemas. Os relatos indicavam que as experiências na África e na Ásia foram excessivamente dependentes da facilitação financeira das ONGs europeias. Segundo Doris Trujillo, da Confederação Camponesa do Equador, o Fórum estava afastado dos movimentos e lutas sociais concretas, dominado por organizações não governamentais que controlavam os recursos financeiros (AZZI, 2011). Muitas dessas ONGs denunciavam a concentração de riqueza e a desigualdade entre Norte e Sul, atuando em campanhas e ações que pressupunham a adoção de normas sociais, ambientais e democráticas por parte das empresas e instituições multilaterais.

Segundo Fougier (2002), a maior realização do altermundialismo não foi apresentar alternativas, mas unificar tradições de protesto até então separadas, como ambientalistas, feministas, anarquistas e federações sindicais tradicionais (FOUGIER, 2002; DENVIR, 2019).

De fato, não é um feito desprezível. E contudo, o neoliberalismo em sua versão mais autoritária e conservadora continuou avançando.

## Referências

ARIAS, Santiane. O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2001.

AZZI, Diego Araujo. Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

BERRINGER, Tatiana. Os movimentos populares e o sindicalismo brasileiros face aos processos de integração regional na América do Sul. **Mural Internacional**, v. 8, n. 2, p. 165-182, 2018.

DENVER, Daniel. Today's Socialist Revival Began on the Streets of Seattle 20 Years Ago. **Jacobin**. <https://www.jacobinmag.com/2019/11/seattle-world-trade-organization-protests-socialism>, 2019, acesso 09/08/2020

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Seattle, Praga e Gênova: política antiglobalização pela experiência da ação de rua. Dissertação apresentada ao departamento de antropologia da FFLCH/USP. São Paulo, 2007.

FOUGIER, Eddy. Le mouvement de contestation de la mondialisation. **Annuaire français de relations internationales**. vol.3, 2002.

GOBILLE, Boris; UYSAL, Aysen. Cosmopolites et enracinés. In: AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. **Radiographie du mouvement altermondialiste**. Paris: La dispute, p. 105–126, 2005.

LEITE, José C. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003

LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RAMONET, I. A ideia antiglobalização. In: MINÀ, Gianni. **Um outro mundo é possível**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Ramos, L. **Hegemonia, revolução passiva e globalização: o sistema G7 / 8**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – PUC, Rio de Janeiro, 2011.

TREILLET, S. “L'instrumentalisation du genre dans le nouveau consensus de Wahsington”. **Actuel Marx**, n.44, 2008, pp.53-67.

---

\* Professora de Ciência Política na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: [santiane.ribeiro@unifal-mg.edu.br](mailto:santiane.ribeiro@unifal-mg.edu.br)